

A TESE DO CAPITALISMO COLONIAL NA AMÉRICA LATINA: UMA LEITURA A PARTIR DE SERGIO BAGÚ E DE CAIO PRADO JÚNIOR

Marcos Vinícius Pansardi¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é comparar a obra do argentino Sergio Bagú e do brasileiro Caio Prado Júnior. Busca-se compreender os argumentos que sustentaram a construção desta tese e, portanto, analisar os pontos de contato e atrito entre os autores em suas obras. Ambos partiram de uma mesma concepção para defender a tese do capitalismo colonial: uma teoria sistêmica do capitalismo. A partir da crítica às ideias centrais destes dois autores chega-se à conclusão de que a América Colonial, em particular o Brasil, se formou a partir da expansão de um modo de produção feudal tardio, caracterizado pelo domínio do capital mercantil e sob o controle dos estados feudais absolutistas ibéricos, não houve capitalismo colonial.

Palavras-chave: Capitalismo colonial-Marxismo-América Latina-Feudalismo colonial.

Abstract: The aim of this paper is to compare the work of the Argentine Sergio Bagú and the Brazilian Caio Prado Júnior. It seeks to understand the arguments that supported the construction of this thesis and, therefore, to analyze the points of contact and friction between the authors in their works. Both authors started from the same conception to defend the thesis of colonial capitalism: a systemic theory of capitalism. From the criticism of the central ideas of these two authors, the conclusion is reached that Colonial America, in particular Brazil, was formed from the expansion of a late feudal mode of production, characterized by the dominance of mercantile capital and under the control of the Iberian absolutist feudal states, there was no colonial capitalism.

Keywords: Colonial capitalism-Marxism-Latin America-Colonial feudalism.

Introdução.

Este texto retorna às origens de uma velha tese: a ideia de que a conquista da América Latina e seu processo de colonização já nasceram sob o domínio do capitalismo, ou seja, de que a América Latina já nasceu capitalista. Esta tese se tornou dominante nos meios acadêmicos e/ou de esquerda a partir dos anos 60, superando as primeiras interpretações que compreendiam o processo de colonização como essencialmente feudal. Os pais fundadores dessa tese seriam dois historiadores: o argentino Sergio Bagú e o brasileiro Caio Prado Júnior

O objetivo deste trabalho é comparar a obra destes autores para compreender os argumentos que sustentaram a construção desta tese e, portanto, analisar os pontos de contato e atrito entre os

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor do Instituto Federal do Paraná – Paranaguá. Email: Brasil mvcp@hotmai.com

autores ao longo deste processo. O debate é um tema ainda em aberto e suas conclusões tiveram e tem importantes reflexos na história política da esquerda em nosso continente.

Duas biografias.

As biografias (de vida, intelectual e política) destes dois autores tem pontos de contato sugestivos como também diferenças marcantes.

Para começar, a maior diferença entre eles está na origem familiar: Prado Júnior veio de origem abastada e aristocrática. Seu ramo familiar, os Silva Prado, faz parte da elite tradicional paulista, uma burguesia cafeicultora do estado mais rico do Brasil (REIS, 1999). Bagú, por outro lado, veio de família de poucas posses, proprietários de um pequeno negócio imobiliário. Com os problemas econômicos desta empresa ele teve que abandonar seus estudos para ajudar na renda familiar, trabalhando como jornalista (BAGÚ, C. 2005: 230).

As semelhanças estão na formação acadêmica de ambos no curso de Direito. Contudo, Prado Júnior teve o privilégio de concluir este curso (posteriormente se formaria também em geografia). Bagú, como vimos, não chegou a concluir seus estudos. Assim que nenhum dos dois foi historiador de formação.

Politicamente, apesar de ambos serem homens de esquerda, suas trajetórias diferiram profundamente: enquanto Bagú, apesar de uma rápida passagem pelo Partido Socialista, nunca teve ligação efetiva com nenhuma outra agremiação partidária, Prado Júnior, ao contrário, teve sua vida ligada ao Partido Comunista (PCB), tendo se filiado em 1931 e nele permanecido até sua morte.

Ambos tiveram parte de sua formação teórica realizada no exterior, em alguns casos foram escolhas individuais, em outras, exílios forçados em decorrência dos vários golpes e ditaduras que caracterizaram a história latino-americana neste século. Bagú, em 1947, viveu e trabalhou algum tempo nos Estados Unidos e, posteriormente, viajou por para vários países latino-americanos, exercendo funções de docência e pesquisa. Prado Júnior, por seu turno, faz sua primeira viagem internacional em 1933, para a União Soviética e, mais tarde, durante seus exílios, viajou para a França, para o norte e para o nordeste da Europa, em 1947, quando conheceu vários países socialistas. Esteve também no Chile (novamente em exílio) e antes disso havia estado a Argentina e Uruguai (PINHEIRO, 2011: 9).

Para Bagú estas viagens, particularmente aos Estados Unidos, foram frutos tomada de conhecimento do problema latino-americano e possibilitaram o contato com uma literatura pouco acessível nas acanhadas bibliotecas de nosso continente, assim como permitiram entrar em contato com estudos ainda pouco conhecidos sobre nossa realidade. Foi nos Estados Unidos que Bagú compreendeu a chave de interpretação da América Latina (BAGÚ, C., 2005: 240).

Para Prado Júnior, as viagens serviram, por um lado, para consolidar sua admiração pelo mundo socialista, em particular, pela União Soviética, a qual nunca foi abalada seriamente, mas por outro lado, serviram para uma intensa atividade intelectual, seja frequentando cursos na Sorbonne, seja escrevendo sobre política e história. É importante salientar que a sua tese principal sobre a economia colonial já tinha sido apresentada em 1933 em seu livro *Evolução Política do Brasil*, antes, portanto, da viagem à URSS.

Contudo, o que verdadeiramente aproxima as biografias de Sergio Bagú e Caio Prado Júnior é que, além de pensadores de esquerda e marxistas, eles foram homens que nadaram contra a corrente, produziram seus textos em rota de colisão com as linhas oficiais das esquerdas comunistas latino-americanas. São pensadores heterodoxos, independentes e profundamente originais em um continente fortemente marcado pela ortodoxia de um marxismo preso a concepções etapistas, mecanicistas e evolucionistas.

Nacionalizar e latino-americanizar o marxismo.

Bagú e Prado Júnior foram autores de obras que apesar de poderem ser classificadas na área da história econômica, foram muito além desta perspectiva. Bagú vai principalmente beber das fontes da sociologia (GILETTA, 2011: 07), enquanto Prado Júnior vai buscar referências no campo da geografia e na filosofia (REIS, 1999).

A filiação intelectual de Prado Júnior ao PCB e sua admiração pela Revolução Russa, apresenta-se também nas suas leituras, pois suas referências teóricas, nos anos 30, teriam sido essencialmente de autores soviéticos: Plekhanov, Bukharin, Lapidus, Ostrovitianov e, principalmente, Lênin. Tendo lido Marx e Engels através de edições francesas, incluindo aí a leitura de *O Capital* (SECCO, 2008: 13/4).

Bagú, ao contrário, desenvolve, nos seus anos de formação intelectual, uma forte ligação com autores da esquerda latino-americana: Juan B. Justo, José Ingenieros, Aníbal Ponce, José Carlos Mariátegui, José Martí. Bagú mostra precocemente sua vocação para latino-americanizar o marxismo (BAGÚ, C., 2005: 243).

Ao longo da história intelectual do marxismo na América Latina procurou-se adequar-se à interpretação de nossas sociedades ao método criado por Marx. Acreditava-se que o método, mesmo tendo sido criado com referência a história europeia, poderia ser universalizado, ou melhor, que os padrões europeus eram a chave para estudar a história mundial, afinal a evolução do capitalismo da Europa deveria reproduzir-se, mesmo com atraso, nas sociedades periféricas.

Os documentos da Internacional Comunista e os manuais produzidos e reproduzidos nas décadas seguintes não deixavam dúvida, os “países coloniais, semicoloniais e dependentes” confirmariam o caminho unilinear da evolução histórica mundial.

Bagú e Prado Júnior, de diferentes perspectivas, procuraram romper com esta lógica, confrontaram o método marxista a uma dura lógica: a realidade latino-americana não se enquadrava nos esquemas previamente definidos. Confrontados com esta realidade, propõe reinterpretar o método. De um esquema rígido e mecânico, de um conjunto apriorístico de etapas e fórmulas acabadas e prontas, propõem conceber o marxismo como um conjunto de ferramentas criativas que permitiriam desvendar a realidade e não a enquadrar.

Enfrentar estas teses não era apenas uma questão teórica e sim política, pois significava enfrentar a estratégia oficial dos partidos comunistas que visava construir o caminho até o socialismo. Para estes a América Latina nasceu feudal, porque feudal era o modo de produção dominante na Europa daquele período. A estratégia, assim, consistia em acelerar o processo de derrubada do feudalismo e de suas classes dominantes feudais, significava então apoiar as classes que fariam a Revolução Burguesa e, então, construiriam o capitalismo nacional: as burguesias locais.

Bagú e Prado Júnior são homens da mesma época e seus textos são frutos de uma mesma conjuntura econômica e política. Escreveram seus textos seminais em pleno auge do populismo latino-americano².

Para os defensores da obra de Prado Júnior, como Secco (2008) e Ricupero (1998), este foi o responsável pela “nacionalização” do marxismo, teria sido o primeiro autor marxista a realmente compreender o que seria o marxismo enquanto método, o primeiro autor a fazer uma análise materialista histórica do Brasil.

Se Prado Júnior “nacionalizou” o marxismo, poderíamos afirmar que Bagú, ao usar o materialismo histórico da maneira crítica e criativa, ou seja, dentro da mesma lógica de Prado Júnior, “latino-americanizou” o marxismo, sendo também o primeiro autor a construir uma interpretação marxista da América Latina em seu conjunto, pois compreendeu que as várias histórias nacionais têm um eixo condutor comum, são histórias de uma mesma América: a América Latina³.

Seguindo uma rota nacional ou uma rota latino-americana, ambos autores chegaram a mesma conclusão, compreenderam que nosso continente construiu uma via original até o capitalismo em que hoje vivemos, uma “via não clássica” (RICUPERO, 1998: 72).

Portanto, a evolução econômica da América Latina e do Brasil não seguiria o caminho clássico, do feudalismo ao capitalismo, pois já nasceram capitalistas. Um capitalismo, no entanto,

² Juan Domingo Perón governou a Argentina entre 1946 e 1955 (voltaria depois nos anos 70 por um breve período), e Getúlio Vargas entre 1930 e 1945, voltando ao poder entre 1951 e 1954.

³ Em uma entrevista a Luís Gomez (2006), Bagú afirmou que desconhecia que algum autor anterior a ele tivesse feito esta interpretação.

que não reproduziria sua forma clássica, seria um capitalismo “sui-generis”, um “capitalismo colonial”.

Se a referência metodológica essencial dos dois autores é o marxismo, uma questão paradoxal deve ser salientada. Em suas principais obras, as referências a Marx ou ao marxismo não existem.

Bagú não cita Marx em suas obras clássicas, aliás, este autor sequer aparece em suas referências bibliográficas. Nem Lênin, nem Trotsky, nem Rosa de Luxemburgo ou qualquer outro autor clássico do marxismo aparece em suas referências. É verdade, por outro lado, que em suas obras estão referenciados vários autores marxistas latino-americanos, como Mariátegui, Puiggrós, Eric Williams, Teitelboim, Werneck Sodré e Florestan Fernandes. Tudo indica que neste período o marxismo de Bagú era essencialmente uma leitura de segunda mão pela via dos autores latino-americanos. Em entrevistas posteriores, Bagú reconheceu que leu Marx apenas posteriormente, tendo lido *O Capital* (em inglês) por volta do início dos anos 50 (BAGÚ, C., 2005: 243) Ao escrever, em 1972, *Marx-Engels: Diez conceptos fundamentales. Genesis y proyección histórica*, Bagú procurou acertar contas com sua própria formação anterior, concluindo com este texto um longo período de estudos sobre a obra de Marx e de Engels.

A relação de Caio Prado Júnior com o marxismo parece mais efêmera ainda. Assim como em Bagú, não se encontra em suas primeiras três obras, aqui abordadas, nenhuma referência as obras de Marx e Engels ou de outros pensadores marxistas clássicos (nem mesmo os marxistas russos, que ele teria lido). Nenhuma obra marxista é citada, tampouco aparece qualquer conceito extraído do materialismo histórico. Se Prado Júnior leu *O Capital* e os marxistas russos, como vimos anteriormente seus biógrafos afirmarem, causa estranhamento o fato que estas influências teóricas não apareçam nestas obras. Essa aparente fragilidade teórica já foi observada por vários estudiosos da obra de Prado Júnior. Carlos Néelson Coutinho talvez seja o mais incisivo defensor da ignorância de Prado Júnior em relação ao marxismo (COUTINHO, 1989). Mesmo autores que defendem fortemente a importância das análises marxistas de Prado Júnior reconhecem o seu limitado conhecimento da obra de Marx e Engels (por exemplo, Ricupero (1998)

Seria possível que os dois autores tenham revolucionado a análise marxista sobre a América Latina com um conhecimento superficial sobre este método?

A gênese de um conceito: Sergio Bagú e a tese do “capitalismo colonial”.

Bagú inicia seu texto fundamental “Economia de la Sociedad Colonial” afirmando que a chave para a compreensão da estrutura da sociedade colonial se encontra nas suas economias metropolitanas. Na América Latina, significa compreender a estrutura social e econômica de Espanha

e Portugal. Assim também, Portugal e Espanha não podem ser desvinculados das estruturas econômicas da Europa Ocidental (BAGÚ, 1949: 25).

Então, antes mesmo de discutir a estrutura econômica da Europa ocidental precisamos compreender o que eram Portugal e Espanha no alvorecer do século XVI. A leitura clássica sustentava que estes dois países viviam em plena era feudal, como aliás toda a Europa⁴. Dentro da proposta de Bagú, deveríamos então necessariamente concluir que a América Latina se forma sob o signo da feudalidade?

Bagú nega esta ideia, argumenta, ao contrário, que tanto Espanha como Portugal nunca foram plenamente feudais, como o caso da França ou Inglaterra, muito precocemente estes países viram ascender poderosas burguesias comercial e financeira. Capitais germânicos e italianos e, posteriormente autóctones, impregnaram as sociedades ibéricas com um perfil mercantil. Isso não significou a transformação completa destes países sob a signo do capitalismo, o domínio econômico ainda era do feudalismo rural (BAGÚ, 1949: 48).

Em seus textos, Bagú jamais afirma que Espanha e Portugal eram capitalistas neste período, mas também não afirma que eram feudais. Sua argumentação destaca o fato de que, a novidade trazida por estes dois países não foi no sentido econômico e sim político. Para ele, a novidade estava na constituição de monarquias nacionais unificadas e centralizadas, permitindo a formação de estruturas econômicas nacionais, pré-requisito fundamental para a expansão do capitalismo.

Las monarquías centralizadas que colonizan nuestro continente cumplen en la historia europea la tarea de poner fin a la anarquía feudal y hacer posible un tipo de economía concebida en términos nacionales, pero es éste un nuevo régimen que nace y vive fuertemente impregnado de formas feudales. Para el monarca absoluto, el país es su feudo. Su idea de justicia es la que predominaba en la Edad Media, ligeramente modificada ahora por las nuevas necesidades que impone una nueva realidad. No podemos extrañar, por lo tanto, que los monarcas ibéricos concibieran la conquista de América como gigantesca empresa feudal, con el rey como señor absoluto de tierras y vidas y con los conquistadores como vasallos de primera categoría en la escala feudal, los cuales a su vez tendrían otros señores subordinados a sus órdenes, como ocurría en los grandes feudos medievales. (BAGÚ, 1949: 60)

A atipicidade ibérica não leva Bagú a concluir que a Europa Ocidental ainda vivia, no século XVI, em um mundo feudal, para ele, como vimos, esta região já estava neste momento sob o domínio do capitalismo comercial. É o domínio supranacional (transnacional?) do capital comercial, portanto, que determina o caráter capitalista da Europa ocidental, e não a estrutura interna das suas economias (BAGÚ, 1949: 64).

⁴ Bagú apresenta o debate sobre as características da sociedade ibérica neste livro, *Economía de la sociedad colonial*, capítulo II: Los antecedentes históricos (ps. 25 a 39).

A América Latina e seu capitalismo colonial foi tanto um produto da forma peculiar de organização social e econômica dos países ibéricos, como da expansão do capitalismo comercial europeu.

Anos depois, Bagú voltaria a esta discussão para reafirmar, agora com o apoio dos textos marxianos, aquelas afirmações: ‘En este texto y otros muchos, Marx señala el siglo XVI em Europa central y occidental como punto de partida. Hay otras pasages. donde se menciona la presencia de um processo capitalista em siglo anteriores al XVI ‘(BAGÚ, 1972: 70).

Bagú questionou a própria interpretação marxiana sobre o processo de transição do feudalismo ao capitalismo. Para ele o feudalismo morre antes do capitalismo nascer. Ou seja, para ele não houve esta transição, em realidade, existiram vários caminhos se desenvolvendo rumo ao capitalismo de forma autônoma na Europa. Então, a questão fundamental fica sem resposta: que modo de produção imperou na Europa entre o século XIV e o XVI?

Poderíamos então concluir que Portugal e Espanha estavam experimentando, no amanhecer do século XVI, sua forma específica de transição ao capitalismo. E é assim que começa o processo de colonização das Américas (BAGÚ, 1972: 75).

Defendendo uma tese que contrariaria a leitura marxiana, pois para nosso autor feudalismo e capitalismo não seriam termos excludentes, assim como conviveram no mundo ibérico, também se entrelaçariam no novo mundo.

Na caracterização da estrutura econômica da colônia, Bagú não deixa dúvidas, é capitalista.

La colonización se inicia cuando se operan en Europa transformaciones profundas en la economía y en la estructura social, cuando el prolongado ciclo feudal se encuentra en el ocaso y el capitalismo comercial inicia su carrera frenética. Lo que surge en la América española y portuguesa no es feudalismo, sino capitalismo colonial. Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, inaugurado ya en Europa, al cual contribuyó a dar un vigor asombroso, haciendo con ello posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde. El capitalismo colonial americano es, sin embargo, un régimen de perfil equívoco con algunas manifestaciones de inspiración feudal. La economía de la América hispano-lusa, incuestionablemente colonial, nació y vivió en función, del mercado del centro-occidente europeo (BAGÚ, 1952: 48).

A América Latina não é feudal, nasce capitalista, mas um capitalismo com um formato específico, não se reproduz a estrutura espanhola e portuguesa ou qualquer outra que estava se desenvolvendo na Europa. O capitalismo latino-americano é original, é colonial. Cria-se no continente uma estrutura econômica e social totalmente nova, adaptada para atender os objetivos determinados pelo comércio mundial.

No fue feudalismo lo que apareció en América en el periodo que estudiamos. sino capitalismo colonial. No hubo servidumbre en vasta escala, sino esclavitud con múltiples matices, oculta a menudo bajo complejas y engañosas formulaciones

jurídicas. Iberoamérica nace para integrar el ciclo del capitalismo naciente, no para prolongar el agónico ciclo feudal (BAGÚ, 1949: 216).

As características desta nova estrutura são uma mescla de instituições modernas e antigas. Podemos definir então o “capitalismo colonial” como uma soma de instituições feudais, capitalistas e escravistas, esta seria sua originalidade.

Para Bagú o elemento determinante que molda as estruturas econômicas e sociais do novo continente é o capitalismo comercial europeu. A expansão vigorosa deste a partir do fim do século XV molda progressivamente a face do mundo, transformando as estruturas periféricas segundo a lógica do lucro e da acumulação de capital. Para Bagú, o continente não reproduz as estruturas ibéricas, mas constitui outro tipo de sociedade. A América seria inventada como campo de experiência de uma nova forma produtiva e organizativa. O capitalismo comercial em rápida expansão não é um novo sistema de produção, mas um “sistema mercantil”. Nas Américas haveria a necessidade de criar algo que não existia na Europa: um sistema produtivo voltado para o mercado. Para isso faz que ressurgam formas e relações de produção anacrônicas, mas perfeitamente adequadas ao interesse do capital mercantil dominante.

Há aqui uma concepção sistêmica do processo de expansão mercantil e colonial. A relação entre as partes (colônias) e o todo (sistema capitalista), ou centro e periferia, tem que ser compreendida como uma unidade. As partes não podem ser compreendidas sem o todo e o todo não pode ser compreendido sem as partes. O sistema se estrutura para o lucro.

Mas na América não se desenvolve um apêndice do capitalismo comercial. Bagú nega terminantemente que o capitalismo colonial seja uma extensão do capitalismo comercial. São estruturas diferentes, embora complementares. Portanto, o capitalismo que se desenvolveu nos primórdios da colonização da América Latina não foi uma extensão do capitalismo comercial do seu tempo, tampouco foi uma etapa inicial do capitalismo industrial, foi algo completamente diferente. Não cabe aqui uma simples contraposição feudalismo x capitalismo.

Para Bagú o que surge na América Latina é capitalismo, mas um capitalismo *sui generis*, não reproduz as formas capitalistas em expansão na Europa e não reproduz as instituições feudais virtualmente desaparecidas deste mesmo continente. O capitalismo colonial foi uma grande obra de engenharia social e econômica, na qual se misturariam características feudais, capitalistas e escravistas, todas elas sincronizadas para atender um único objetivo: a acumulação de capital, como Marx a denominou, a “acumulação primitiva”.

Gilletta procurou resumir esta peculiar junção de aspectos capitalistas e feudais que caracterizariam o capitalismo colonial:

Entre los primeros, se incluyen el mecanismo de la acumulación del capital, la existencia de un capital financiero en expansión, la orientación de la producción al mercado interno

y al mercado centro-occidental europeo, la existencia de urbes definidas como centros comerciales –el ejemplo más claro: Potosí- y la existencia del salario como institución económica, aunque generalmente éste encubre relaciones de producción esclavistas, como las plasmadas en las encomiendas y en otras formas coloniales de producción y organización del trabajo. Entre los componentes feudales de la sociedad colonial, según Bagú, se incluyen el gran poder económico y el alto prestigio social que la gran propiedad territorial proporciona a los sectores oligárquicos, entre los cuales se cuenta la propia institución eclesiástica (GILETTA, 2011: 10).

Contudo, a base fundamental, a estrutura que permite todo este vasto mecanismo de acumulação capitalista funcionar foi a escravidão de indígenas e negros africanos. A escravidão é o motor que movimenta o capitalismo comercial, mas não é uma instituição feudal, é uma criação original, renasce nas Américas, mas não é a reprodução do escravismo antigo, pois está articulada umbilicalmente a produção para o mercado mundial.

Bagú derruba a ideia de que o predomínio das relações de produção se dê através da servidão. Mesmo a introdução do pagamento por salário nada mais faz do que mascarar as relações escravistas. Segundo ele, no capitalismo colonial predomina uma “concepção de castas sobre uma realidade de classes”, um amálgama de concepções feudais com estruturas sociais capitalistas. (1951:83).

Temos aqui um problema teórico respeitável: o capitalismo colonial não se estrutura sobre classes sociais capitalistas: há escravos e não trabalhadores livres, há senhores com mentalidade feudal e não burgueses. Aliás, em nenhum momento Sergio Bagú se refere às classes dominantes da colônia como burguesas. Claudio Bagú denomina o capitalismo colonial como “não plenamente capitalista”, mas seria um “modo de produção orientado ao mercado” (BAGÚ, C., 2005: 241).

Outra é a interpretação de Mária Millan. Esta afirma que Bagú distingue conceptualmente entre o modo de produção capitalista, tratado como modelo histórico e o capitalismo compreendido como um sistema totalizante que mundializa sua economia (MILLAN, 1994, 157)⁵.

O capitalismo colonial se inseriria no processo de constituição de um capitalismo global já em seu nascimento e em rápida expansão, sem que todas suas características estejam plenamente desenvolvidas.

Assim como a América Latina foi produto da expansão do capitalismo comercial mundial, este foi produto da colonização americana, foi o episódio mais importante da chamada acumulação primitiva, foi a partir dela que efetivamente o sistema capitalista mundial inicia sua existência (mas

⁵ Tese aparentemente desenvolvida pela primeira vez, na Argentina, por Antonio Gallo ainda em 1933: *Adónde vá la Argentina? Frente Popular o lucha por el socialismo*. Ideia também desenvolvida por Nahuel Moreno em 1948: “No inauguraron un sistema de producción capitalista porque no había en América un ejército de trabajadores libres en el mercado. Es así como los colonizadores para poder explotar capitalísticamente a América se ven obligados a recurrir a relaciones de producción no capitalistas: la esclavitud o una semiesclavitud de los indígenas.” Ainda sobre esta tese, não se pode esquecer a contribuição fundamental de Milcíades Peña, *Historia del pueblo argentino* (2012).

não o modo capitalista de produção que seria gestado em algumas cidades do mediterrâneo por volta dos séculos XIV e XV)⁶.

O debate feudalismo-capitalismo entre intelectuais argentinos e brasileiros se desenrolou principalmente entre os anos 40, 50 e 60, contudo, este não se beneficiou do famoso debate Sweezy-Dobb, que se tornaria acessível apenas nos anos 70. Com estes textos muitas das lacunas deste debate poderiam ser esclarecidas e propiciariam um avanço teórico no nosso conhecimento sobre o processo de transição feudalismo-capitalismo.

Caio Prado Júnior e a tese do capitalismo colonial: duas interpretações.

Evolução Política do Brasil, escrito em 1933, foi um livro que Prado Jr. pensou como uma síntese da história brasileira, não um livro profundo e erudito, mas sim “um simples ensaio” que pudesse revelar, no entanto, as grandes tendências que direcionaram esta história. Seu público-alvo não era a academia e sim o público em geral, o que explicaria também este caráter do livro.

Mas o livro estava longe de ser despretensioso. Com ele Prado Jr. buscava atingir dois objetivos claros: o primeiro era abrir um novo caminho para a compreensão da história do Brasil, pois para ele a historiografia existente naquele momento, a história oficial, nada mais era do que a glorificação dos grandes personagens que, via de regra, são aqueles que justificam os interesses da classe dominante. Para o autor a historiografia brasileira se restringiu às análises de superfície, nunca se aprofundando na compreensão do sentido real da nossa história. Seu objetivo era compreender e valorizar as classes populares, entender o papel da luta de classes em nossa história. (PRADO JR, 1933: 08). O segundo objetivo seria abordar nossa história através de um “método relativamente novo, a interpretação materialista” (PRADO JR, 1933: 07).

Portanto, o próprio autor ao afirmar que o uso do método materialista seria uma novidade em nossas terras, se coloca como um desbravador. Contudo, esta terra não era inabitada, já havia uma leitura materialista prévia: aquela que interpretava o Brasil como nascido de um processo de expansão da sociedade feudal europeia.

O primeiro texto que utiliza a interpretação marxista para compreender a formação histórica brasileira foi produzido em 1924 e publicado apenas em 1926 por Octávio Brandão, dirigente do PCB: *Agrarismo e Industrialismo*⁷. Na visão deste autor o Brasil do início do século XX ainda era um país agrário, feudal, ou semi-feudal, construído em cima da servidão dos campos e sertões, com franjas industriais concentradas nos grandes centros urbanos.

⁶ Veja o argumento desenvolvido em Bagú (1972: 81).

⁷ Concluído sua parte principal em 1924 e publicado em 1926, sob o nome fictício de Fritz Mayer e indicando falsamente sua impressão em Buenos Aires, tudo isso para despistar a polícia, como sempre nos calcanhares de Brandão.

Para Prado Jr., assim como para Bagú, como vimos, a colonização do Brasil foi feita por um pequeno reino já dominado por uma burguesia comercial “sedenta de lucros” (PRADO JR, 1933: 11). Apesar do autor nunca afirmar que Portugal já era capitalista, esta afirmação nos permitiria deduzir que, ao contrário das interpretações dominantes naquele momento, Portugal já não era um país feudal no momento da descoberta das terras americanas.

A colônia que surge então experimenta um efêmero processo de feudalização (as capitânicas), que, porém, não vingou. Ao fazer a caracterização geral da colônia, Prado Jr. deixa claro que este surto inicial não deixou traços na sociedade brasileira:

Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não tem assento algum na realidade. Podemos falar de um feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval (PRADO JR, 1933: 17)

Outro argumento de Prado Jr. para defender sua tese, se centrou no caráter da propriedade fundiária que predominou na colônia. Existia aqui já uma concepção de propriedade da terra que não era feudal, não cabia, portanto, nenhuma relação de vassalagem. Por outro lado, não se constitui em nossas terras, relações de dependência entre os proprietários e os trabalhadores das terras, aqui o colonizador não encontrou uma estrutura social em que estes laços se desenvolvessem (PRADO JR, 1933: 17).

Para Prado Jr, a propriedade da terra sempre foi plena, isto é, propriedade capitalista, mesmo antes deste sistema ser comum na própria Europa: “o regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena”. (Prado Jr., 1954: 32).

Lígia Osório Silva (2007:49) nos mostra que a propriedade feudal da terra na colônia não era plena, era condicional, cindida. O soberano, em realidade apenas oferecia as terras aos donatários para seu usufruto e não cedia a propriedade, além de que as terras estavam sob a jurisdição territorial da Ordem de Cristo.

Prado Jr. enfatiza que a economia se constrói sob bases escravistas, base esta que não constituiria novidade, pois era largamente utilizada na metrópole. Em resumo, para o autor, a sociedade colonial que se constitui nada mais é do que o reflexo desta economia agrária.

Deve-se acrescentar nesta análise de Prado Jr. a questão da estrutura de classes da colônia. Para ele esta “(...) reduz-se em duas classes: de um lado os proprietários rurais, senhores de engenho e da fazenda, e de outro, os trabalhadores do campo escravos e semilivres” (PRADO JR, 1933: 28). Não temos uma burguesia, nem trabalhadores livres, nem servos, ou senhores feudais. Não temos nenhuma indicação de que sociedade é essa, sabemos que não é feudal, nada mais podemos extrair do texto de Prado Jr.

Se os dois primeiros séculos da colônia não são feudais, Prado Jr. assinala que a partir do século XVIII temos transformações radicais na estrutura social e econômica, surge uma poderosa burguesia de negociantes. Uma nova classe dominante? (PRADO JR, 1933, 38)

A conclusão do livro se faz com a análise da sociedade imperial, onde pela primeira vez aparece a caracterização de nossa sociedade como capitalista. Assim conclui Prado Jr.:

A evolução progressista do Império corresponde, assim, no terreno econômico, à integração sucessiva numa forma produtiva superior: o capitalismo. As instituições primitivas como a escravidão são varridas pelas novas forças produtivas que se vão formando e se desenvolvendo no correr do século XIX. (PRADO JR, 1933: 99)

Em uma carta escrita ainda em 1933, respondendo às críticas de Lívio Xavier⁸, Prado Jr., avança nos seus argumentos falando da colonização como evento relacionado à acumulação primitiva do capitalismo. Mas o ponto central deste debate é a argumentação de Xavier que, baseando-se nos escritos de Trotsky, sobre o desenvolvimento dependente e associado dos países periféricos, observa que o capitalismo para se desenvolver utilizou de formas pretéritas (feudalismo) nas colônias. Daí que mesmo já sendo naquele momento o sistema mundial capitalista, isto não levaria inevitavelmente a conclusão de que suas colônias também o seriam.

Nove anos após ter escrito *Evolução Política do Brasil*, Prado Jr., escreveria *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e logo em seguida (1945) *História Econômica do Brasil*. Nestas duas obras a análise recai sobre o processo de colonização, bem como sobre o papel do comércio internacional. Se no seu livro anterior, Prado Jr. concentrou sua análise sobre a estrutura da colônia tentando compreender sua estrutura interna, nestes dois textos ele busca compreender o papel do projeto colonizador inserido no vasto processo de constituição do capitalismo europeu:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, (...) É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. (PRADO JR, 1945: 22)

Nestes dois livros, Prado Jr. aponta as diferenças da colonização brasileira em relação àquela estabelecida nas terras do norte da América (Estados Unidos). A colônia portuguesa estava voltada exclusivamente para atender os interesses da metrópole, demonstrando, então, o caráter puramente mercantil desta colonização. O objetivo central destes livros, e dos seus trabalhos posteriores, é

⁸Trotskista, ex-militante do PCB, que em 1930 escreveu com Mário Pedrosa o texto *Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil* (MORAES, 1998: 236), que analisava a formação social brasileira a partir do conceito de feudalismo.

denunciar o caráter exógeno da nossa economia, a incapacidade de superar seu “caráter colonial” e de constituir uma economia nacional voltada para um projeto interno de desenvolvimento.

Não há nenhuma tentativa de ligar a colonização ao processo de acumulação primitiva do capitalismo, tudo passa como se a colonização fosse o desenvolvimento lógico de “um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO JR, 1942: 22). Também não aborda o tema da transição capitalismo-feudalismo, nem o autor aponta novos argumentos sobre a não existência de características feudais na colônia. Nestes dois textos, novamente não encontramos nenhuma citação ou referencia a Marx e Engels, aos seus conceitos ou à suas obras. Não se usa os termos “capitalismo” e “feudalismo” em nenhum trecho destas obras. Nenhum autor marxista é citado.

É importante destacar que em 1936, Roberto Simonsen, destacado industrial brasileiro, liberal e como Prado Jr. de abastada família paulista, viria a escrever um livro intitulado *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, no qual deixou claro que a colonização brasileira teve um caráter nitidamente capitalista, que o Brasil nunca foi feudal e sim capitalista desde a nascença (SIMONSEN, 1936: 80-3). Livro este, aliás, citado por Bagú, mas não por Prado Jr., também não é citado.

Prado Jr., portanto, não avança na definição do caráter do sistema econômico da colônia. Contudo, em ambos os livros ele insiste em um argumento: a importância da escravidão como estrutura central da colônia, afirma que “(na categoria econômica) o elemento que a definirá, e na base da qual se formarão suas relações é o trabalho” (PRADO JR, 1942: 346). Mas esta percepção não o leva a avançar no papel das relações de produção na caracterização da estrutura sócio-econômica da colônia.

A partir de suas análises sobre os períodos mais recentes de nossa história, particularmente a partir da independência, Prado Jr., pela primeira vez aborda as relações entre escravidão e o sistema capitalista. Afirma a incompatibilidade entre capitalismo (industrial) e escravidão (PRADO JR, 1945: 180), o que não significaria que no período da expansão das relações mercantis estas relações não fossem incompatíveis, porém, esta afirmação não se encontra em Prado Jr.

O autor aponta que a partir da segunda metade do século XIX, as mais profundas transformações de nossa história viriam a acontecer, pois “um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos” (PRADO JR, 1945: 198). Como poderíamos interpretar esta afirmação? Significaria que antes não teria existido capitalismo no Brasil? Ou ele se refere ao capitalismo industrial? Ou teríamos antes uma sociedade escravista e não feudal ou capitalista, apesar de estarmos sob o signo global do capitalismo?

O livro *A Revolução Brasileira* foi editado em 1966, nestes 21 anos que separam este texto das últimas obras analisadas acima, Prado Jr produziu várias obras, principalmente no campo da teoria econômica e da filosofia (principalmente no campo da lógica dialética e a teoria do conhecimento),

em que aprofundou seu conhecimento do marxismo e procurou enfrentar suas próprias lacunas teóricas. Este caminho resulta evidente na leitura desta obra. Aqui as referências a Marx e Engels são explícitas. Prado Jr. recorre frequentemente a argumentos de Marx e Engels para sustentar suas teses.

O objetivo desta obra é claramente político: enfrentar as teses do PCB sobre a chamada “revolução democrático-burguesa” em que se propunha uma aliança entre os trabalhadores e os setores da burguesia que se acreditava ser nacionalista.

A questão dos traços feudais que comporiam a estrutura socioeconômica brasileira faz Prado Jr. voltar-se ao debate sobre as origens feudais do Brasil. Prado Jr. retoma o argumento da não existência do feudalismo no Brasil, portanto, da não existência dos chamados “traços feudais”. Nosso autor vai buscar referência nas obras de Marx e Engels, já que estes nunca afirmaram que a evolução histórica da humanidade deveria ser feita através de etapas pré-determinadas e invariantes. Suas análises e afirmações sobre a evolução histórica, ou a sucessão dos modos de produção não deveriam ser estendidas para além do continente europeu.

Neste texto, como nos anteriores, Prado Jr. não discute a questão dos modos de produção que se construíram na América Latina. Em realidade, o autor nunca usou este conceito, não é um conceito que estruture seus estudos sobre a caracterização do sistema socioeconômico da colônia. Contudo, neste texto há um avanço teórico: Prado Jr., que nunca usou o conceito ou a palavra capitalismo para designar o sistema colonial, como vimos, porém, agora ele vai usar o conceito de “sistema capitalista” e é com este conceito que o autor vai explicar as características peculiares da estrutura colonial:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o Sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capitalismo comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina (PRADO JR, 1966: 68)

A utilização do conceito de “Sistema do capitalismo” (com letra maiúscula) nos remete a interpretação de Bagú, anteriormente referida. Para Prado Jr., o nascente capitalismo, definido por uma fase primitiva centrada nas atividades comerciais, deve ser caracterizado como um sistema caracterizado pela existência de um centro dinâmico (as metrópoles) e uma periferia dependente deste. As relações entre as duas partes do sistema são determinadas por relações imperialistas. A inclusão do conceito de Imperialismo é uma novidade teórica que só aparece neste texto e vai ter uma importância capital nas análises do autor. A visão sistêmica aqui desenvolvida pressupõe que a

constituição das colônias como das metrópoles são frutos do mesmo movimento, ambos frutos da ação do capital comercial.

Ainda assim Prado Jr. não afirma nunca que a colônia é capitalista, mas que participa, como peça fundamental do sistema capitalista mercantil. Em realidade, afirma que só após a abolição da escravidão se pode falar de uma estrutura capitalista no Brasil: “O fato é que, com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo” (PRADO JR, 1966: 96).

Nosso autor afirma que efetivamente existiu um sistema “pré-capitalista” no Brasil, mas este não era feudal, teria como relações de produção dominantes “a escravidão que ao evoluir e se transformar vai dar em situação bem diferente daquela que a teoria ortodoxa pretende encontrar entre nós (...)” (PRADO JR, 1966: 210-1)⁹.

Comentaristas defensores da obra de Prado Jr reconhecem esta característica de sua obra e com argumentos diferentes defendem as suas conclusões.

Ricupero (1998), que reconhece que Prado Jr não conhecia muito de marxismo, defende este autor afirmando que não podemos ser muito formalistas, pois naquele período o mais importante eram as relações de circulação e não de produção e que, por fim, Prado Jr usaria de maneira correta o conceito de “formação econômico-social”. Essa foi uma dedução feita por Ricupero, porque Prado Jr. efetivamente não usa este conceito em sua obra. No mesmo caminho vão Ferrari e Fonseca (2011), estes reconhecem que não havia o modo de produção capitalista naquele período, o que não os impede de seguir Prado Jr na defesa da existência do sistema capitalista.

Reis (1999), também chega à mesma conclusão, nossa economia surgiu da exploração comercial do “capitalismo mercantil europeu”. Para defender esta ideia este autor vai minimizar o fato de que as relações de produção tenham por base o trabalho escravo, pois para ele o trabalho escravo se assemelha ao trabalho livre, ambos recebem uma compensação pelo trabalho recebido e também lutam pela melhoria desta remuneração. O escravo não tinha como objetivo principal sua libertação nem a busca pelo direito de propriedade da terra.

A tese, além de absurda em si mesma, equalizando trabalho livre e não-livre, trabalho baseado na coerção extra-econômica e aquele baseado na coerção econômica e por fim, trabalho produtor de mais valia e aquele que não a produz, tornaria supérflua a categoria das relações de produção para definir os modos de produção. Borrariamos assim a distinção entre capitalismo e os modos de produção anteriores.

⁹ Adendo. Resposta do autor a um dos críticos de *A Revolução Brasileira*, publicada originalmente na Revista *Civilização Brasileira*, nº 14 reproduzido em *A Revolução Brasileira*.

A conclusão a que poderíamos chegar é que Prado Jr. compreendeu que a colônia nasceu sob o signo da expansão do capital mercantil sem, no entanto, poder ser definida totalmente como capitalista, pois, sem a existência do trabalho livre e centrada no trabalho escravo esta definição não teria sentido. O sentido da colonização era dado pelo sistema, pelo todo, e não pelas partes. Também não teria um modo de produção escravista colonial pelo mesmo motivo. As relações de produção escravistas (como a elas se refere o autor) são funcionais ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Ao longo da nossa história os elementos especificamente capitalistas vão se agregando e desenvolvendo até que a abolição enterra definitivamente a antiga estrutura colonial brasileira. O capitalismo que aí tem suas amarras quebradas, no entanto não apaga seu sentido colonial, continuamos dependentes e com uma economia voltada para atender interesses que não são os nossos.

Apesar de contemporâneos Bagú e Prado Jr. não dialogaram. Bagú incluiu Prado Jr, na sua bibliografia, mas não o cita. Prado Jr., por sua vez, não leu Bagú. Por caminhos diferentes, partilharam de uma mesma concepção: uma teoria sistêmica do capitalismo. Compreenderam este como um sistema globalizado, constituído por partes interconectadas, em que o todo dava sentido as suas partes: centro e periferia. Este sistema capitalista, esta forma primitiva de capitalismo, centra-se na esfera da circulação e não da produção, é anterior à criação deste modo de produção e posterior ao fim do feudalismo. Sua classe dominante já era burguesa, a burguesia mercantil. Estávamos no período da chamada acumulação primitiva.

Assim, esta visão sistêmica pressupõe que a constituição das colônias, como das metrópoles, são fruto do mesmo movimento, fruto da ação do capital comercial. Não houve a tentativa de compreender o capitalismo como modo de produção, porque este simplesmente não existia no momento da “descoberta da América”.

Conclusão: De volta ao velho debate.

É possível a existência de um capitalismo sem um modo de produção capitalista? Existiu um capitalismo comercial, anterior ao capitalismo moderno e posterior ao feudalismo? O que seria um “sistema capitalista”? Encontramos na obra de Marx apoio para estas afirmações? Nenhuma destas importantes respostas encontra-se na obra dos dois autores aqui abordados.¹⁰

Os críticos contemporâneos aos autores já salientaram a temeridade de compreender o processo de expansão colonial do século XVI como uma etapa inicial do capitalismo. Aqui a limitada leitura de Marx pelos dois autores cobrou seu preço. A temática sobre feudalismo-capitalismo que se

¹⁰ André Gunder Frank, no seu debate com Rodolfo Puiggrós, também defendeu a existência de um “sistema capitalista” antes da formação do modo de produção capitalista.

desenrolou principalmente entre os anos 40, 50 e 60 na América Latina, não se beneficiou do debate Sweezy-Dobb. Estes textos só seriam traduzidos na América Latina nos anos 70¹¹.

A concepção de um capitalismo comercial ou mercantil, como primeira fase do capitalismo, correspondendo genericamente ao processo de acumulação primitiva, descrito por Marx, vai ser o centro deste debate. Para todos aqueles envolvidos no debate (menos Sweezy) existiu um consenso de que não existiu um capitalismo mercantil como fase intermediária entre o fim do feudalismo e o surgimento do capitalismo industrial. Assim, existiu o capital mercantil, mas não um capitalismo mercantil, a confusão, esclarece Dobb, deve-se a difusão das ideias de M. N. Pokrovsky, considerado um dos grandes historiadores marxistas soviéticos, mas que já tinha sofrido o rechaço pelos seus compatriotas, muito tempo antes deste debate. Ou seja, o mercantilismo não é a primeira fase do capitalismo e sim a última fase do feudalismo. A própria acumulação primitiva se dá enquanto o sistema feudal ainda sobrevive. Por exemplo, para Dobb:

O primeiro obstáculo à compreensão destes problemas tem sido uma errada concepção acerca do papel do capital mercantil na transição (...). Refiro-me à noção de que o capital mercantil (...) foi o principal dissolvente do feudalismo e igualmente pioneiro do “capitalismo industrial”. Teríamos, assim, um sistema distinto de “capitalismo mercantil” entre o feudalismo medieval e a moderna revolução industrial (Sweezy, 1977:14).

Defender a existência do capitalismo (mesmo que em uma fase inicial como capitalismo mercantil) já no século XVI ou XVII é um grave anacronismo, pois para os participantes deste debate o capitalismo surge apenas no final do século XVII, e ainda assim apenas para a Inglaterra, para o resto da Europa devemos estender esta data para os séculos seguintes. A conclusão deste debate é que não há sustentação teórica para a defesa da existência de um “sistema capitalista” como fase intermediária entre os dois modos de produção – feudal e capitalista.

Mesmo em outro debate, realizado pelo C. E. R. M. em 1968, centrado no caso da França, as conclusões não foram diferentes. Assim, para Parain o lento “declínio do mundo feudal (XV-XVIII)” persiste até o momento em que uma classe nova (burguesia) ascende ao poder (C.E.R.M., 1973:34). Também para Pierre Villar não é possível falar de capitalismo no caso francês no século XV ou até mesmo no XVII (C.E.R.M. 1973:41).

¹¹ Nos anos 70 e 80, houve um importante debate a partir dos escritos do historiador marxista norte-americano Robert Brenner em que este revisa o processo de transição ao capitalismo, principalmente na Inglaterra. Brenner trouxe contribuições importantes ao debate iniciado nos anos 40 e 50. Apesar deste fazer revisões importantes acerca das interpretações de Dobb, ele mantém a ideia central de que as revoluções inglesas do século XVII foram revoluções burguesas, que o Estado absolutista Stuart era feudal e que o surgimento do capitalismo na Inglaterra só se dá após estes acontecimentos (Brenner, 1993). Há uma reconstrução do debate feita por Eduardo Barros Mariutti em sua dissertação de mestrado defendida na Unicamp e depois publicada em livro (Mariutti, 2004).

Um artigo de Marcos Del Roio (2006:57) propõe retornar ao debate. Baseando-se nos textos de Ellen Meiksins Wood, este autor defende esta mesma tese:

Assim, pode-se dizer que o mercado mundial gerado a partir de fins do século XV esteve associado ao absolutismo-feudal, tendo preservado seu caráter de circulação de metais e bens de consumo caros ou de luxo e tendo contribuído para a difusão de formas sociais regressivas nas zonas de expansão colonial, escravistas e feudais, ao mesmo tempo em que gerou riqueza a ser apropriada pelo capital — o capital originário.

A conclusão que este meu artigo chega é que a América Colonial, em particular o Brasil se formou a partir da expansão de um modo de produção feudal tardio, caracterizado pelo domínio do capital mercantil e sob o controle dos estados feudais absolutistas ibéricos.

Há um duplo movimento na criação da sociedade colonial no Brasil e na América Latina, o movimento dominante - externo - é dado pela expansão mercantilista-feudal, e o movimento autóctone - interno - de construção de uma sociedade híbrida de características feudais, escravistas e capitalistas.

Deve-se compreender o conceito de modo de produção como uma totalidade concreta, que abrange um sistema composto de um centro - a Europa ocidental - e uma periferia - no nosso caso, a América. As relações de produção definidoras estavam em seu centro e não na periferia e estas eram ainda predominantemente servis e não baseadas no trabalho livre. Portanto, os defensores da tese do capitalismo colonial, estavam certos no sentido de partir de uma visão global da estrutura socioeconômico e não das características locais deste. Mas estavam errados na definição da existência de um capitalismo anterior ao século XVII.

Assim, as relações escravistas (e servis) coloniais eram periféricas, subordinadas e complementares as relações de produção servis que ainda imperavam no centro do sistema. Estávamos ainda em um mundo pré-capitalista, mesmo que em rápida e profunda transformação. E por mais que algumas das características do capitalismo já existissem, estas ainda não eram dominantes.

Referências

BAGÚ, Claudio (2005) El ser y la razón: Sergio Bagú, pasión y vida ejemplar en proyección histórica, en: Problemas del desarrollo. *Revista Latinoamericana de Economía*, vol. 36, n. 143.

BAGÚ, Sergio (1949). *Economía de la sociedad colonial*. Ensayo de Historia comparada de América Latina, Buenos Aires: El Ateneo.

_____ (1951). *Estructura social de la Colonia*. Buenos Aires: El Ateneo.

_____ (1972). *Marx-Engels: Diez conceptos fundamentales. Genesis y proyección histórica*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión.

Correspondência Caio Prado Jr. e Lívio Xavier. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/Carta-para-Livio-Xavier-20-09-19332.pdf> Consultado em 2 de junho de 2017.

BRANDÃO, Octávio (MAYER, F.) (1926). *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires (?). (S.E.).

BRENNER, Robert (1993). *Merchants and Revolution: comercial change, political conflict and London's overseas traders – 1550-1653*. Cambridge: Cambridge University Press.

C.E.R.M. (1973) *Sobre o feudalismo*. Lisboa: Estampa

COUTINHO, Carlos Nelson (1989). Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In D’Incao, (Org). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: UNESP.

DEL ROYO, Marcos. (2006) Sodr e e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualiza o do problema. In: *Nelson Werneck Sodr e: entre o sabre e a pena*. Paulo Ribeiro da Cunha e Fátima Cabral (org.) São Paulo: Editora Unesp.

GALLO, Antonio. (1933) *Adónde v  la Argentina? Frente Popular o lucha por el socialismo?* Ros rio: Ed. J. C. Mariátegui.

GILETTA, Matías (2011). Sergio Bagú y su interpretación de la sociedad colonial latinoamericana: historia, economía y sociedad. *IX Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales*, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.

GOMEZ, Luis (2006). Entrevista con el profesor Sergio Bagú: el periplo intelectual de un científico social latinoamericano. *La Insignia*. México, febrero.

FERRARI, Andrés; Pedro Cezar Dutra Fonseca (2011). A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 1.

MARIUTTI, Eduardo Barros. (2004) *Balan o do debate: a transi o do capitalismo ao feudalismo*. S. Paulo: HUCITEC.

MILLAN, M rgara (1994). Sergio Bag : Los caminos de la historiografía crítica latino americana. *Estudios latinoamericanos*, n m. 01. Nueva Epoca, Enero-Junio.

MORAIS João Quartim de (org.) (1998). *História do Marxismo no Brasil Vol. II Os Influxos Teóricos*, Campinas: Ed. da UNICAMP.

MORENO, Nahuel (1948) Cuatro tesis sobre la colonización espa ola y portuguesa, https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01_nm.htm. Consultado em 12 de setembro de 2017.

- PENÃ, Milcíades (2012). *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires: Emecé.
- PINHEIRO, Milton (2011) Notas sobre o percurso histórico-político de Caio Prado Jr. In: Pinheiro, Milton. (org.) *Caio Prado Júnior – História e Sociedade*. Salvador: Quarteto.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1933). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- _____ (1945). *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1966). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PUIGGRÓS, Rodolfo; André Gunder Frank. Sobre los modos de producción en América Latina). <https://amauta.lahaine.org/> Acessado em 15-12-2019.
- REIS, José Carlos (1999). Anos 60: Caio Prado Jr e a Revolução Brasileira. *Revista Brasileira de História*. Vol. 19. N. 37.**
- RICUPERO, Bernardo (1998). Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. São Paulo, *Revista USP*, v. 38, jun.ago. p. 64-77, 1998.
- SECCO, Lincoln (2008). *Caio Prado Junior – o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo.
- SILVA, L. Osório (2007): Feudalismo, capital mercantil, colonização, in Quartim de Moraes, J. e Roio, M. Del (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, (4 vols.), vol IV: Visões do Brasil.
- SWEEZY, P. (e outros) (1977). *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

RECEBIDO EM 31/08/2022

APROVADO EM 14/11/2022